

BANDITISMO E PRÁTICAS CULTURAIS: A CONSTRUÇÃO DE UMA JUSTIÇA POPULAR

A presença recorrente na historiografia de personagens que ocupam um lugar de bandido e de herói nos levou a refletir sobre a construção e reprodução de uma memória, entre um misto de ficção e realidade, desses atores sociais. Existe uma mistura de valores que diz respeito, não só à maneira como os bandidos são colocados na função de heróis, mas também, na função de “fora da lei”, tal qual é veiculado pelas instituições judiciárias. Procuo compreender, neste artigo, as representações realizadas sobre esses atores que constroem suas vidas no “mundo das contravenções” e passam a ser vistos como “heróis populares”. Fundamentalmente, procuro compreender a constituição ou a representação realizada sobre esses personagens, como também os sujeitos constitutivos de uma “justiça paralela”.

A representação do “bandido-herói” acompanha, geralmente, três momentos. O primeiro momento é o rompimento com os laços de dominação de um sistema opressor e injusto, representado, geralmente, por um grande proprietário de terra onipotente e cruel, reforçado por um sistema jurídico frágil, ausente ou parcial, que protege os poderosos. O segundo momento é demarcado pelas práticas ou atos delituosos, dos crimes, da vida nômade e aventureira do bandido-herói. E, por último, configura-se o momento em que o bandido-herói é transvertido de protetor, justiceiro ou repartidor público.

CÉSAR BARREIRA*

RESUMO

O artigo aborda a presença recorrente na historiografia portuguesa de um personagem (Zé do Telhado) que ocupa um lugar simultâneo de bandido e herói. Trata da construção e reprodução de uma memória, entremeada de ficção e realidade, caracterizada pela mistura de valores que dizem respeito, não só à maneira como os bandidos são postos na função de heróis, mas também, na condição de “fora da lei”. O autor analisa as representações atribuídas a atores sociais que têm suas vidas construídas no “mundo das contravenções”, passando a serem vistos como “heróis populares” ou protagonistas de uma “justiça paralela”.

Palavras-chave: bandido-herói, justiça popular, patrimônio cultural, historiografia portuguesa.

ABSTRACT

This article approaches the recurring presence within Portuguese Historiography of a character – Zé do Telhado – who simultaneously occupies the roles of thief and hero. He analyzes the construction and reproduction of a memory intertwined with fiction and reality, which consists of an ensemble of values related to the way thieves are turned into heroes, however remaining in the condition of an “outlaw”. The author discusses the representations of social actors whose lives are set up within a “world of contraventions”, and thus seen as “popular folk heroes” or leading figures of a “parallel justice”.

Keywords: hero-bandit, popular justice, cultural heritage, Portuguese historiography.

* Sociólogo, professor Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Endereço: cbarreira8@uol.com.br. Av. da Universidade, 2995, 1º andar. 60020-181 Fortaleza-Ce.

O lugar do “bandido social”, definido por Eric Hobsbawm, é realçado por qualidades de valentia, ousadia, força e aventureirismo. Na condição de detentor destas qualidades é colocado como herói o que sempre vence. São eles justiceiros, repartidores públicos, cangaceiros, bandleiros ou mesmo matadores de aluguel. Nesta mistura de valores e de códigos os contornos de uma determinada forma de justiça, uma “justiça paralela”, são traçados. Os valores morais são pautados, tendo, de um lado, a generosidade, a lealdade, a coragem, a independência e o desprendimento e, do outro lado, a ganância, a falsidade, a subserviência e a avareza.

O bandido pode ser o criminoso, como também o protetor, o justiceiro, o repartidor público, o herói¹. Não existe nestas circunstâncias um culpado a ser punido, mas sim, um meio social adverso, injusto, que propicia o surgimento desses bandidos-heróis.

Poderíamos dizer que a construção do bandido-herói significaria algo próximo de uma “resistência popular” às formas convencionais de mando político ou de uma estrutura injusta e excludente? E, pelo mesmo raciocínio, seria correto afirmar que a constituição de uma “justiça paralela” responde à fragilidade das instituições judiciárias?

Este estudo tem como campo analítico e empírico um personagem da historiografia portuguesa, José Teixeira da Silva, conhecido por José do Telhado, que

viveu na primeira metade do século XIX, na região do distrito do Porto. O surgimento desse personagem é explicado ou justificado, nos romances que tratam dessa figura dramática, pela miséria econômica reinante, principalmente nas áreas rurais de Portugal, bem como, pela existência de outros bandos de salteadores, o desencadear das guerras civis, o clima de forte injustiça social e a ausência de uma justiça, por parte do Estado ou de uma “justiça imparcial”. Este quadro o impeliu para uma vida fora da lei, tornado-se um bandido ou um “herói abortado”, pelas condições sociais e políticas da época. A máxima é que ele tinha consciência das injustiças sociais e apregoava então proteger os humildes, distribuindo com eles os produtos dos seus assaltos, bem como, perseguia uma moral, uma honra, tendo como corolário ou contraponto a construção de uma “justiça popular”.

A análise que desenvolvo para compreender os valores e as práticas sociais deste personagem se enquadra nas perspectivas analíticas de Eric Hobsbawm e Edward Thompson. Ressalto, neste sentido, que tanto a ordem como a desordem, o legal e o ilegal, bem como as classificações sobre as práticas conflituosas, os comportamentos desviantes têm que ser analisados como produção social. Estes citados autores trabalharam na perspectiva de compreender as rebeliões populares, principalmente dos séculos XVIII e XIX. Para Hobsbawm,

O banditismo social, fenômeno universal e praticamente imutável, pouco mais é do que um endêmico protesto camponês contra a opressão e a pobreza; um grito de vingança contra os ricos e os opressores, um vago sonho de conseguir impor-lhes alguma forma de controle, uma reparação de injustiças individuais (1987: 15).

Hobsbawm (1976) com a preocupação de construir e analisar os rebeldes primitivos, enquanto bandidos sociais, aponta nove características que os definiriam: iniciam suas carreiras de marginalidade “não pelo crime, mas como vítimas de injustiça”; “corrigem os erros”; “tiram dos ricos e dão aos pobres”; “nunca matam, a não ser em legítima defesa ou vingança justa”; “se sobrevivem, retornam a sua

gente como cidadãos honrados”; “eles são admirados, ajudados e mantidos pelos seus povos”; “morrem invariavelmente, apenas por traição”; “são – pelo menos em teoria - invisíveis e invulneráveis”; e, por último, “não são inimigos do rei ou imperador, fontes da Justiça, mas apenas da nobreza local, do clero, e de outros opressores”.

Thompson, analisando os motins ou as ações populares, do século XVIII na Inglaterra, detecta uma noção legitimadora existente nessas práticas. Por noção de legitimação, o autor, entende:

(...) que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades (2005: 152).

Existia no interior do processo de dominação uma “solidariedade simbólica” entre a autoridade (governo) e os pobres, classificada como uma “economia moral”. O governo não reprimia determinadas ações, de quebra da ordem, pelo fato de serem ligadas diretamente ou decorrentes da luta pela sobrevivência, da busca pelo bem-estar comum. Essas noções estavam ancoradas na tradição paternalista das autoridades inglesas².

Na montagem deste estudo utilizo, fundamentalmente, a literatura existente sobre este “bandido-herói”. Busco analisar e compreender qual a representação feita pelos autores, principalmente romancistas, sobre esse personagem, privilegiando a construção de sua trajetória como “homem honrado” e “salteador”, tendo como suporte os valores de honra, coragem e justiça. Segui a orientação de Hobsbawm que diz que este tipo de estudo não pode se limitar somente aos documentos existentes, e que é importante um contato com as pessoas e lugares dos bandidos. Nesta perspectiva, realizei algumas entrevistas, na região do distrito do Porto, área em que ele morou, como também praticou seus “grandes assaltos”. Tais entrevistas foram feitas com pessoas mais idosas e com estudiosos do tema, privilegiando

o entendimento de um universo imaginário sobre esse “bandido-herói”. Realizei uma pesquisa em jornais, do século XIX, nas cidades de Porto, Lisboa e Penafiel. Os jornais funcionaram como um contraponto, ou mesmo, como uma busca de maior veracidade de algumas informações oferecidas nos livros. Li e assisti algumas peças de teatro, bem como, entrevistei os seus diretores. Assisti, também, dois filmes, da primeira metade do século XX, sobre o José do Telhado. As peças de teatro e os filmes entram, também, como patrimônio cultural deste personagem.

Diante de uma temática bastante complexa e com um volume muito grande de informações e muito rico sociologicamente, surge uma primeira preocupação: como abordar esta temática ou como construí-la sociologicamente? Não tenho intuito de desfazer equívocos ou refutar afirmações; persigo a memória ou poderíamos dizer a “memória cultuada” sobre este personagem, bem como as diferentes representações construídas sobre Zé do Telhado. Tento compreender como se configura a construção simbólica deste personagem e, mais especificamente, a construção do seu capital simbólico.

Uma construção, uma trajetória

José do Telhado ou José Teixeira da Silva ou, simplesmente, Zé do Telhado é natural de Telhado, Freguesia de Castelões de Recesinhos, Junta de Penafiel. Zé do Telhado era filho de um conhecido assaltante Português: Joaquim do Telhado. Nasceu no dia 22 de Junho de 1818 e faleceu em 1875, em Angola, na região de Malange. É classificado pela imprensa e por alguns romancistas que se dedicaram a esse tema como o maior salteador/bandido do século XIX, de Portugal, tendo sido degredado, para a África, no início da década de 1860. É cantado e decantado por poetas, escritores, cineastas, teatrólogos e cordelistas.

Este nosso Portugal é um país em que nem pode ser-se salteador de fama, de estrondo, de feroz sublimidade! Tudo aqui é pequeno: nem os ladrões chegam à craveira dos ladrões dos outros países! Todas as vocações morrem de garrote, quando se manifestam e apontam extraordinários destinos. A Calábria é um

desprezado retalho do mundo; mas tem dado salteadores de renome. Toda aquela Itália, tão rica, tão fértil de pintores, escultores, maestros, cantores, bailarinas, até em produzir quadrilhas de ladrões a bafejou o seu bom gênio! Aí corre um livro intitulado: Salteadores célebres de Itália. É ver como debaixo daquele céu está abalizada em alto ponto a graduação das vocações. Tudo grande, tudo magnífico, tudo fadado a viver com os vindouros, e a prelibar os deleites de sua imortalidade. Schiller, Victor Hugo, Charles Nodier, se fada má lhes malfadasse o berço em Portugal, teriam de inventar bandoleiros ilustres, a não quere-rem ir descrevê-los ao natural nos pináculos da República Apenas um salteador noviço vinga destramente os primeiros ensaios numa escalada, sai a campo o administrador com os cabos, o alferes com o destacamento, o jornalismo com as suas lamúrias em defesa da propriedade, e a vocação do salteador gora-se nas mãos da justiça. A civilização é a rasa da igualdade: desadora as distinções; é forçoso que os bandoleiros tenham todos os mesmos tamanhos, e roubem civilizadamente, urbanamente. Ladrão de encruzilhada, que traz no peito à bala e o bacamarte apontado ao inimigo, esse há-de ser o bode expiatório dos seus confrades, mais alumiados e aquecidos do sol benéfico da civilização. Roubar industriosamente é engenho; saquear a ferro e fogo é roubo. Os daquela escola tropeçam nas honras, nos títulos, nos joelhos dos servís, que lhes rojam em venal humilhação; os outros, quando escorregam, acham-se encravados nos artigos 343, 349, 87, 433, 351, e mais cento e setenta artigos do Código Penal.

Diz, algum tanto, como exemplo, desta lastimável anomalia a história de José Teixeira da Silva do Telhado, o mais afamado salteador deste século (CASTELO BRANCO, 2004: 310-312).

Com estas palavras Camilo Castelo Branco, o grande romancista português, notabilizou José do Telhado. O escritor o conheceu na Cadeia da Relação

do Porto, entre 1860 e 1861, e no livro *Memórias do Cárcere*, através de um longo relato, faz, praticamente, uma biografia desse salteador português. Tal biografia, preñe de valoração social, é carregada de admiração, e, sobretudo, de cumplicidade com práticas delituosas. Camilo germina um salteador ilustre, de renome e célebre, dando asas à imaginação popular na construção de um lendário bandido romântico.

A obra do Camilo Castelo Branco, *Memórias do Cárcere*, especificamente o capítulo 26, é preñe de simbolismo para se trabalhar a constituição da memória sobre José do Telhado. Podemos dizer que é o ponto impulsionador desse quadro. Esse capítulo foi e é importante para cultivar a memória do Zé do Telhado para os letrados e também para os não-letrados, na medida em que ele foi publicado em livros populares e vendido, como literatura de cordel nas principais feiras da região³.

Este personagem da história portuguesa, conhecido como Zé do Telhado, tem como distintivo o fato de “roubar dos ricos para distribuir com os pobres”, assumindo, neste sentido, o lugar de “repartidor público”. As representações presentes nos romances sobre Zé do Telhado são geralmente bastante elogiosas. Augusto Pinto escreve:

José do Telhado, uma relevante figura do século dezenove, foi um homem de personalidade forte, que reagiu com toda a sua força às injustiças que lhe bateram à porta (...). José do Telhado não perdoou, e como na guerra já tinha optado por defender os mais fracos, assim prosseguiu, e sem se ter na conta de ladrão profissional, antes se intitulava um “repartidor público”, roubando aos ricos para seu sustento e dos seus, e entregava uma parte desses mesmos roubos aos mais necessitados (2005: 5-6).

Zé do Telhado comandou uma quadrilha de salteadores que tinha como aspectos importantes o fato de evitar “o uso da violência física”, mas, principalmente, a máxima de fazer uma classificação moral das suas possíveis vítimas. Consta que os seus roubos eram cometidos somente contra pessoas represen-

tadas como “velhacas”: mau patrão, mau esposo e homens ricos e avarentos, incluindo, nesta classificação, clérigos da Igreja Católica. Em alguns romances, são relatadas situações em que o personagem Zé do Telhado anunciava os assaltados, como também ensinava uma solução, em um misto de acordo e ameaça.

Para os ricos, algumas vezes, dava o salvo conduto, o que lhes possibilitava circular seguramente, como também os mantinham enquadrados em determinadas normas comportamentais esperadas.

Na trajetória deste personagem mesclam-se, sempre, as figuras de um homem honrado e de um quadrilheiro, tendo como forte ingrediente, como é comum na vida de “bandidos-heróis”, uma grande paixão. No seu caso a paixão por uma prima, conhecida por Aninhas. Tal paixão configura um homem com sólidos princípios morais, leal e galante, sendo cobiçado por várias mulheres, mas mantendo sempre a fidelidade a sua escolhida. Depois de não obter permissão para casar com a prima (decorrente do fato de não possuir uma boa condição econômica) faz uma “jura de amor” e parte para outros lugares, quase um exílio, em busca de riqueza e, fundamentalmente, de respeito. Reproduz, no fato de partir, de migrar, as trajetórias de outros heróis populares. Ele segue para Lisboa, para assentar praça no quartel.

Os relatos existentes sobre a sua vida destacam atributos qualificativos, como por exemplo: sentido de liderança, fortes princípios morais, coragem e valentia. Zé do Telhado teve uma vida militar, vinculando-se intensamente ao exército do General Sá da Bandeira, sendo inclusive condecorado com a medalha “Torre e Espada”, por sua bravura, mas principalmente pela lealdade ao seu comandante.

José do Telhado depois de uma vida conturbada, entre assaltos e participação na guerra civil portuguesa de meados do século XIX, é preso e condenado ao degredo na África. Ele viveu em Xissa, Angola, região de Malange, até os últimos dias de sua vida, e era considerado “um branco bom”. Augusto Pinto relata que “os negros mais pobres (de Angola) durante muitos anos iam chorar, ajoelhados aos pés da sua campa, evocando ali muitas vezes o nome do pai dos pobres” (2005: 342). Consta que na África desapareceu o salteador e reapareceu o herói, com fortes valores morais, de generosidade, lealdade, coragem e desprendimento.

Memória, patrimônio e valores sociais

Na tentativa de compreender, um pouco mais, como um personagem, cuja representação social oscila entre um enaltecimento e uma negação, entre fatos que marcam a vida de um bandido e de um herói, consegue notoriedade perpetuada por mais de um século, busquei alguns traços de sua trajetória. Interessei-me em analisar como a biografia do Zé do Telhado é contada, quais os aspectos que são destacados e outros negados, ou não ditos, não revelados.

Um dado importante é a construção de um “patrimônio cultural”, sedimentado desse personagem, que possibilita o surgimento de uma “memória material”.

Uma “memória louvada” passa a ser construída pelos escritores, teatrólogos, cineastas e narradores, negando, em princípio, um possível lado violento, agressivo e cruel. Os textos escritos sobre este personagem, nesse estudo, ganham duas dimensões: aparecem como fonte de dados e como patrimônio cultural construído e amparado na figura de José do Telhado.

Um dado bastante recorrente, em sua memória, é o lado romântico e galanteador, negando ou desconstruindo aspectos de rudeza e violência. Aspectos estes constituintes, respectivamente, dos homens das aldeias e dos bandidos. O romance com Aninhas é cantado e decantado, carregado de juras de amor e fidelidade. A partir da negativa de obter “a mão de Aninhas”, passando pela vida de salteador, até a partida para o degredo, o casal é sempre apresentado dentro de um contexto de paixão e romantismo. No período em que morou no Brasil, segundo os romancistas, não suportou a saudade de Aninhas e teve que retornar para Portugal. Nos textos aparece, constantemente, o enfrentamento do perigo para visitar sua esposa, criando-se uma relação de superação do medo pela saudade. O lado galanteador para com as mulheres lhe rendeu amores platônicos, mas principalmente cumplicidade que facilitava suas espetaculares fugas após os assaltos. Constituíam-se uma figura que mesclava os atributos de protetor das mulheres e de um “Dom Juan”. No final dos assaltos ele sempre saía beijando as mãos das damas e fazendo elogios à beleza feminina. Mantinha uma postura de cavalheiro, mesmo

em situações delicadas, com algumas mulheres que exigiam cenas de amor.

Os valores, ressaltados anteriormente, de bondade, generosidade e desprendimento são atributos constantes nas representações sobre este personagem. As máximas são repetitivas em diversos livros que tratam deste autor: “a inata bondade de José do Telhado aconselhava-o a poupar a quem o rodeava, aos próximos”; “Ele era generoso, de uma generosidade particular, os humildes e necessitados viam nele um desvelado protetor que a providencia divina lhes enviou”. O lado de generosidade e desprendimento o colocava como salteador altruísta, sem apego aos bens materiais ou aos lucros dos assaltos. Nas narrações obtidas sobre José do Telhado, na região de Malange – Angola, é definido como um “branco bom, protetor dos negros”.

Do mesmo modo, outro conjunto de valores como coragem, valentia e firmeza punha Zé do Telhado em uma posição de superioridade e destaque diante dos outros, como que evocando o desempenho de papel messiânico de protetor, líder e condutor. São narrados diversos acontecimentos nos quais ele era chamado ou evocado na condição de líder. É importante ressaltar que esses atributos configuram também um “bandido-herói”.

Outro aspecto bastante destacado em sua trajetória, na literatura, é o senso de justiça, construindo, em princípio, uma possível “justiça popular”. José do Telhado ministrava justiça a seu modo: “Eu só vou tirar aos que têm mais para dar aos que têm menos... que proibia que alguma vez se tirasse aos pobres e aos que viviam honradamente do seu trabalho e que as mulheres seriam sempre respeitadas” (Suplemento do jornal *A Capital*, 8/8/1981).

Em uma construção simbólica, este personagem aparece como fruto do período histórico português, mas, fundamentalmente, do “destino”, retirando qualquer possibilidade de culpá-lo pelos seus atos. A justificativa do “destino” entrecruzada com uma herança, que vinha do pai e de um tio-avô, os quais já fomentavam o terror na região surge constantemente: “Eu pertencer a uma quadrilha de ladrões? Será que tenho razões suficientes para dizer que não sou eu o culpado? Ou isto faz parte do destino de cada um? Então José do Telhado levou os seus pensamentos até

a sua mais tenra idade, lembrando-se da saída de casa do pai aos catorze anos, da ‘profissão’ de que ouvia falar tanto em relação a este como até ao seu avô, e mais recentemente o seu irmão Joaquim, os quais eram todos conhecidos como salteadores” (PINTO, 2005, 71).

Existe uma frase, que é colocada como sendo do Zé do Telhado e que aparece em diversos livros, que diz: “É sina! A fatalidade obriga-me a receber a herança do meu pai, que eu queria repudiar, meu irmão não resistiu à voz do sangue, a desgraça atira-me para o mesmo charco. Cumpra-se o destino”.

Corroborando com essa idéia de “destino”, que como diz um ditado popular, “com destino nem Deus pode”, surge constantemente, na biografia do Zé do Telhado, referência a “tentações” que ele teve que enfrentar. Tentações com forte teor cristão, no sentido de ser testado. As tentações das mulheres, para traír Aninhas e as convocações (tentações) por parte de salteadores (“maus elementos”) para entrar na quadrilha, no grupo de malfeitores. As tentações ou convocações eram carregadas de dimensões simbólicas: de ausência de um líder ou de uma pessoa com sentimentos nobres. Nesta perspectiva, as tentações, surgem com novos apelos: “Não serás um ladrão e sim um repartidor público” (PINTO, 2005, 72).

Depois de “cair em tentação” ou “seguindo o seu destino”, Zé do Telhado entra no grupo, conhecido como a Quadrilha do Marco, como referência ao Concelho do Marco de Canaveses, já ocupando a posição de líder, estabelecendo diversas regras de comportamento:

De hoje em diante, a malta aqui reunida não será um bando de ladrões. Governamo-nos, mas eu só vou tirar aos que têm mais, para dar aos que têm menos. Proíbo, ouvi bem: proíbo!, que alguma vez se tire aos pobres e a todos aqueles que vivem honradamente do seu trabalho. Nesta nossa comunidade, também não consinto que se matem pessoas; e só usaremos a força quando resistirem e nos obrigarem a isso. Também não admito que ninguém se aproveite da ocasião para abusar das mulheres. (...) De hoje em diante, eu só estou como Repartidor Público. Tudo

o que tirarmos aos outros não será só para nós. Uma parte é para os pobres (CASTRO PINTO, 2007: 68-69).

A suposta obediência a tais regras, por um grupo sob o comando de Zé do Telhado, diferencia-o de outros grupos de salteadores, mas fundamentalmente, contribui para configurar, mesmo nas práticas delituosas, a figura ambígua de bandido-herói, transvertido de “repartidor público”. Nesta perspectiva ganha concretude uma frase recorrente nos textos e narrações: “era um ladrão, mas era um ladrão bom”.

Em 1849, participa do 1º assalto realizado contra o solar do Sr. Maciel da Costa, na freguesia de Macieira Porto. Em 1852, ocorre o assalto ao Solar de Carrapatelo, considerado, pelos seus analistas, o mais importante e com maior divulgação. A partir deste assalto foi feito um grande cerco para a prisão de Zé do Telhado. A imprensa do Porto e uma boa parte da população começaram a exigir um maior empenho das autoridades. Esse assalto maculou bastante a trajetória (considerada correta) do Zé do Telhado nos assaltos, em decorrência de dois aspectos. O primeiro é que ele ocorreu no mesmo dia e poucas horas depois do funeral do dono da casa. O segundo é que um trabalhador da casa foi assassinado barbaramente⁴.

Como dito em partes anteriores, este personagem se inscreve em um momento da história portuguesa com graves crises política, econômica e social. Esse período, em meados do século XIX, é marcado pela existência de guerrilhas no campo, guerras civis, existência de diversas facções políticas, revoltas populares (as principais foram a revolta da Maria da Fonte e a Guerra da Patuléia), e a escassez de alimentos, principalmente, nas áreas rurais, havia uma crise de subsistência. Essa época é classificada, pelos estudiosos, como um período agitado e turbulento das lutas civis, predominando desmandos e arbitrariedades das autoridades, o que possibilitava ou impulsionava as organizações populares. Tais organizações terminaram sendo o celeiro onde eram arregimentados os futuros combatentes nas guerras de facções políticas.

Como diz Augusto Pinto:

(...) uma estúpida guerra civil, em que pra-

ticamente os envolvidos nem sabem por que lutam. Uma guerra civil é a pior escola que qualquer pessoa pode freqüentar, pois tudo se pode fazer sem temer qualquer lei; fica sempre a ganhar aquele que mais matar e mais roubar, pois são estas façanhas que dão baixas ao inimigo e certo prestígio a quem as pratica (2005: 15).

É importante reter que, nos textos escritos e nas narrações dos entrevistados, aparece claramente esse contexto político como responsável pelo surgimento do salteador Zé do Telhado. A situação política aparece constantemente nas explicações: “é a política, desde que os Cabrais venceram não houve sossego para o Zé do Telhado. Alguns mudaram de lugar para sobreviver”. A perseguição ao Zé do Telhado decorre do fato de ele ter sido sargento patuléia e combatido contra os Cabrais. Consta, nos textos, que uma propriedade dele foi extorquida e os empréstimos, que ele foi obrigado a fazer, para sobreviver, foram sempre com juros muito elevados. Em determinado momento de sua vida, José do Telhado diz: “Eu nunca me meti em política, os senhores oficiais é que me meteram nela” (CASTRO, 1980, 11).

Nas narrações e nos livros é citado o fato de Zé do Telhado ter solicitado um lugar de Guarda do Controle no Porto e este lhe haver sido negado, com claras demonstrações políticas.

Atos heróicos e uma justiça popular

Na trajetória deste “bandido-herói” é importante reter também, para uma análise mais aprofundada, o sentimento de justiça e de honra, configurando uma possível “justiça paralela” ou a construção de uma “justiça popular”. Esta prática vai sendo constituída em diversas situações. Zé do Telhado dizia sempre ao seu bando, “os ricos e os políticos é que hão de pagar para os pobres”, fazendo uma crítica ao sistema social e político injusto e, ao mesmo tempo, justificava os seus atos delituosos. Para alguns escritores, estas palavras, decorriam do fato de ser um salteador inteligente, culto, de boas maneiras e com conhecimentos de estratégias militar.

Nesta dimensão colocava-se como repartidor

público, fazendo justiça, em um posto outorgado pelo povo:

(...) Os políticos têm sido a desgraça dos pobres. Prometem tudo, mas só prometem o que eles muito bem querem. Aos pobres passam a vida a mentir-lhes. De hoje em diante serei repartidor público. Podes dizê-lo a toda a gente. O povo há-de sabê-lo. E também quero que as autoridades o saibam. Porque este encargo foi-me dado pelo povo (CASTRO PINTO, 2007: 70).

Os rompantes de uma construção de justiça aparecem nos diálogos a ele atribuídos. Um diálogo sugestivo dessas ações é sempre reproduzido nos romances, sobre este personagem:

Em uma certa noite assaltou um lavrador abastado que namorava uma moça e ia visitá-la quase todas as noites. O rapaz teve que entregar o relógio, uma pulseira e algumas moedas para o Zé do Telhado.

- E disse: uma hora dessas você deveria estar em casa dormindo e não assaltando.

- E o Zé do Telhado teria dito e você também. Eu aproveito as trevas da noite para assaltar quem passa e você para ir ter com a rapariga. Tudo é roubar. Eu roubo dinheiro e você a honra de uma mulher. Qual de nós é mais ladrão?

Meses depois a moça aparece grávida e tinha sido abandonada pelo rapaz.

- O Zé do Telhado se encontra com o rapaz e diz: Há poucos meses encontramos-nos os dois de noite, ambos a roubar. Eu arrependi-me, e venho devolver o relógio, a corrente e o dinheiro que lhe roubei. Na certeza de que, se dentro de um mês você não tiver restituído à rapariga o que lhe roubou, casando com ela, é um homem morto.

Dias depois o lavrador casou (CASTRO PINTO, 2007: 98).

As ações em defesa dos pobres, dos humildes e das mulheres são recorrentes. Uma vez obrigou um

padre a realizar um batizado, de graça, de uma criança pobre, cuja mãe não tinha dinheiro para custear as despesas. Em outra situação, roubou uma “junta de bois” para dar a um pobre lavrador que não dispunha de dinheiro suficiente para a compra e o vendedor não aceitou a proposta do trabalhador; tendo, inclusive, humilhado o lavrador. Depois do ato consumado, Zé do Telhado diz: “isto é para aprender a não humilhar os humildes e deixar de ser tão avarento”.

Ganha destaque nas narrações e nos textos a forma ousada e destemida como enfrenta as autoridades e os poderosos, em defesa dos pobres e dos oprimidos. Essas ações são realçadas nas peças de teatro e nos filmes existentes sobre este personagem, ganhando importância o lado austero e não-subserviente.

É importante destacar as representações que surgem, nesta perspectiva, de um Robin dos Bosques “que tirava dos abastados e ricos sovinas para distribuir pelos necessitados honestos e labutadores”. São construídas as classificações, como dito anteriormente, que só roubava dos ricos sovinas e maus patrões, para distribuir com os necessitados e honestos trabalhadores.

As proezas ou atos heróicos são recorrentes nas representações sobre este personagem. Provavelmente, o primeiro ato de heroísmo praticado em sua região ocorreu na defesa de um amigo que estava quase sendo morto, em uma briga, na Feira de Penafiel. Os aspectos importantes dessa briga decorrem do seu amigo está sendo acusado, injustamente, de um ato não cometido, bem como, haver um total desequilíbrio de litigantes, bastante desfavorável para o Zé do Telhado e para o seu amigo. O saldo dessa disputa é que o nosso herói saiu muito ferido, quase à beira da morte.

Quando era Lanceiro da Rainha salvou um jovem, em uma procissão em Lisboa. Este jovem estava sendo arrastado por um cavalo, em alta velocidade, e foi socorrido, heroicamente, por José do Telhado. Nessa mesma procissão ele dominou um touro furioso, que tinha fugido do seu estábulo e que atacava a multidão.

Contam, também, proezas de Zé do Telhado em sua viagem de degredo, salvando uma mulher que se encontrava no interior de um navio em chamas e ninguém se habilitava para resgatá-la.

Neste tom épico, Eduardo Noronha (s/d), romancista e autor de várias obras sobre este personagem, diz que “José do Telhado foi ungido a sacerdote para dar a extrema-unção a uma moça que estava agonizando”.

Zé do Telhado serviu em Lisboa no 2º Regimento de Lanceiros, tendo participado da Revolta dos Marechais (1837), integrando a comitiva do Marechal Saldanha, mostrando suas qualidades de: corajoso, destemido e valente. O lado heróico começa a ser configurado.

Em 1837 participa também da Revolução Popular, servindo a Junta como ordenança de Sá da Bandeira. Salva a vida deste, recebendo a Medalha da Torre e Espada.

O capital militar do Zé do Telhado, obtido quando este serviu nos Lanceiros da Rainha e, principalmente, sua participação nas guerras civil foram bastante úteis nas suas práticas como salteador.

Campos Monteiro, que escreveu um livro sobre Zé do Telhado em 1930, baseado em depoimentos de pessoas idosas, que conheceram o salteador, bem como, no relato do processo judicial, deste personagem, afirma que a quadrilha foi organizada de forma o mais militarmente possível. Ele era o Chefe e tinha um ajudante. Os salteadores eram divididos em três categorias: chefes de divisão, divisionários e auxiliares. Existiam quatro divisões cada uma com cinco homens. Os auxiliares eram os informantes, os quais não participavam dos assaltos, mas recebiam as suas cotas do “lucro”.

Campos Monteiro (2001) diz que a composição da quadrilha era bastante eclética tendo dois indivíduos com autênticos títulos de nobreza, um padre, lavradores pobres e prostitutas, que serviam, fundamentalmente, como informantes.

Depois do assalto a Carrapatelo, uma grande parte da quadrilha é presa e condenada.

É importante destacar que dentro de um clima de aceitação, negação e medo quase toda a população sabia quem eram os quadrilheiros, como viviam e onde moravam. O ato de não denunciar decorre de insegurança e medo, mas fundamentalmente, de uma aceitação social. Tal aceitação resulta da não-classificação das práticas dos bandidos sociais

como delituosas, bem como do fato de a população pobre necessitar de protetores e defensores.

Zé do Telhado dominou, assaltando nas estradas e nas quintas das pessoas mais abastadas da região, durante quase uma década em uma vasta área do Norte do país. Apareceu tanto na zona Amarante como no Douro e no Minho, freqüentando a serra do Marão e as estradas de Barcelos e Braga, assim como as feiras de Penafiel, Vila Meã, Vila Verde e Pico.

Um historiador, autodidata, residente em Vila Meã, e grande conhecedor da vida de José do Telhado, faz uma boa síntese das representações construídas sobre este personagem:

A história do Zé do Telhado é uma história popular. Toda a gente conhece o Zé do Telhado. E toda a gente fala do Zé do Telhado com simpatia. Era o Robin dos Bosques cá do sítio... ele era especial... naturalmente que na época, as vítimas não sentiram as coisas assim. Ele foi ferozmente perseguido, mas ele era um estrategista, de maneira que foi muito difícil apanhá-lo, mas acabou por ser apanhado, e a história acabou. Ele acabou por ir para Angola. Teve uma fase em que os pretos o consideravam quase um Deus, embora tivesse depois morrido na miséria, mas fez sucesso em Angola, lá entre os pretos, foi uma figura simpática para eles, ele continuou como uma personalidade especial até ao fim (entrevista realizada com José Mário Carvalho, em fevereiro de 2008).

Finalizando, é importante ressaltar que existe atualmente uma disputa simbólica em relação aos bens culturais do Zé do Telhado. O próprio personagem Zé do Telhado passa a ser disputado como capital cultural da região. Esta disputa configura-se de diversas maneiras: pelo lugar que ele nasceu, pelas casas que lhe pertenceram ou nas quais ele morou, bem como os principais lugares que ele assaltava, ou distribuía o resultado dos assaltos. Nesta perspectiva, é sedimentado um vasto patrimônio cultural, como por exemplo: uma Rua Zé do Telhado, um largo Zé do Telhado, um Hotel José do Telhado, um vinho Zé do Telhado (constando no rótulo uma pequena história

deste personagem), um edifício Zé do Telhado, uma receita de bacalhau Zé do Telhado e uma empada Zé do Telhado. Existe uma disputa sobre qual seria realmente a casa de José do Telhado: uma casa em ruína, que consta em diversos folhetos; uma casa em que, provavelmente, ele residiu após o casamento com Aninhas, atualmente bastante transfigurada, e uma casa tombada como patrimônio cultural, que deve ter sido construída no início do século XX.

O dado importante, desse patrimônio cultural do José do Telhado é que ele realimenta e sedimenta uma memória e as representações sociais sobre um personagem que configura com todas as letras um “herói popular”.

(Recebido para publicação em julho de 2010.
Aceito em outubro de 2010)

Notas

- 1 Thomas Carlyle, no livro **Os heróis**, que trata dos grandes homens, refere-se a seis tipos de heróis: herói como divindade; herói como protetor – Maomé; herói como poeta – Dante; herói como sacerdote – Lutero; herói como homem de letras – Rousseau; herói como rei – Napoleão.
- 2 É importante ressaltar que essa prática, classificada como uma “economia moral”, vai ser encontrada nos períodos de estiagem nos sertões do nordeste do Brasil, diante das ações dos trabalhadores definidas como “saques”.
- 3 Encontrei várias versões deste texto de Camilo Castelo Branco, em edições populares. Quase todas as publicações, se não todas, têm como grande fonte o trabalho deste romancista. Reproduzindo as virtudes e os defeitos, como datas e fatos não-verdadeiros. Podemos colocar como exceções um livro de literatura de cordel, publicado em 1898, de autor desconhecido, e o livro de Campos Monteiro que se baseou nos processos judiciais e em sobreviventes do tempo de Zé do Telhado.
- 4 Alguns entrevistados acham que deve ter havido um contato anterior de Zé do Telhado com o dono a casa, e que este, provavelmente, não cumpriu o acordo ou não cedeu qualquer quantia.

Referências bibliográficas

CASTRO, José Manuel de *Zé Telhado*: Tipografia Guerra. Viseu. 1980.

CASTRO PINTO, José Manuel de. *José do Telhado: culpado e inocente*. Lisboa: Plátano Editora, 2003.

..... *José do Telhado: o Robim dos Bosques portugueses?: vida e aventura*. Lisboa: Plátano Editora, 2007.

HOBBSAWM, Eric J. *Bandidos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

HOBBSAWM, Eric J. *Rebeldes Primitivos: estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Jornal A Capital, Portugal

MONTEIRO, Campos. *José do Telhado e os seus Quadrilheiros*. Amarante: Edições do Tâmega, 2001.

NORONHA, Eduardo de. *José do Telhado em África: romance baseado sobre fatos históricos*. 4ª edição. Porto: Domingos Barreira, 1984.

NORONHA, Eduardo de. *José do Telhado: romance baseado sobre fatos históricos*. 4ª edição. Porto: Domingos Barreira (s/d).

PINTO, Augusto. *Quem foi José do Telhado*. Lisboa: Moderna Editorial Laves, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.